

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM DEBATE SOBRE SUAS IMPOSSIBILIDADES

Tarcísio Augusto Alves da Silva<sup>1</sup>  
Laise Soares Lima<sup>2</sup>

### Resumo

A ideia de sustentabilidade aplicada ao desenvolvimento das sociedades tem sido uma perspectiva amplamente discutida em diversos fóruns e ações políticas tanto na esfera pública, quanto privada. No entanto, algumas correntes da ecologia política têm questionado a materialidade desse conceito diante da lógica do modo de produção capitalista. Assim, o objetivo do presente texto é discutir o desenvolvimento sustentável a partir da crítica feita por Montibeller Filho e Foladori quanto às limitações, ou o mito desse tipo de desenvolvimento no sistema capitalista de produção.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável – Limites - Mito

### Abstract

*The idea of sustainability applied to development of the societies has been a perspective widely discussed in several forums and political action, in both public and private sphere. However, some currents of political ecology have questioned the materiality of this concept before the logic of the capitalist production mode. Thus, the purpose of the present text is to discuss the sustainable development from the criticism made by Montibeller Filho and Foladori regarding limitations or the myth of this type of development in the capitalist production system.*

**Keywords:** Sustainable development – Limits Myth

---

<sup>1</sup> Sociólogo, professor Assistente da UFAL – Campus Sertão  
deescada@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da UFAL – Campus Sertão  
laisinhaahh@hotmail.com

### **Nos rastros do desenvolvimento sustentável: de onde vem essa ideia?**

Desenvolvimento sustentável é um termo cunhado para se pensar que as necessidades da atual geração não podem comprometer a capacidade que as futuras gerações terão para prover sua existência. Isso implica um largo questionamento aos modelos de desenvolvimento que até o momento têm consumido os recursos naturais existentes no planeta, de modo a tornar fontes renováveis de recursos em não renováveis em detrimento do ritmo que o consumo tem imposto à natureza.

A notabilidade que tal conceito tem recebido, atualmente, advém da drástica constatação de que chegamos a um estágio civilizatório em que a humanidade se questiona diante da escassez de recursos naturais e do comprometimento com a vida do planeta. Nesse sentido, muito se tem problematizado e denunciado quanto aos limites de nossa relação com a natureza. A Conferência de Estocolmo (1972) foi, portanto, um desses célebres momentos em que especialistas se reuniram para discutir o problema. O objetivo foi chamar a atenção das nações para o fato da séria degradação da natureza causada pela ação humana, criando severos riscos para o bem-estar e para própria sobrevivência da humanidade. Porém a ideia de “frear” o desenvolvimento, sugerida nessa Conferência, não foi bem aceita. Os países em desenvolvimento alegavam que precisavam desenvolver-se, para garantir empregos e manter estáveis os níveis de crescimento da economia.

Tal discurso, portanto, tem sido recorrente tanto nos posicionamentos assumidos, até então, por países desenvolvidos, quanto por aqueles que estão em desenvolvimento, nos múltiplos fóruns que discutem essa problemática, principalmente nos que tratam aqueles relacionados às mudanças climáticas.

Outra importante Conferência para discutir tal problemática foi a Rio-92. Nela, considera-se que não seria necessário parar o desenvolvimento e sim criar mecanismos que possibilitassem um desenvolvimento econômico que integrasse preocupações sociais e ambientais. Registra-se que a primeira vez em que o termo *desenvolvimento sustentável* foi utilizado ocorreu no âmbito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1983. Foi, no entanto, em 1992, por ocasião da Rio 92, que tal conceito foi amplamente divulgado.

Nesse sentido, a ideia de sustentabilidade presente nesse conceito implica o entendimento de que o meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão, inevitavelmente, interligados. O conceito de desenvolvimento sustentável, embora recente, surgiu como uma resposta à preocupação da humanidade diante da crise social e ambiental que se abateu sobre o mundo.

Pensar em desenvolvimento sustentável, portanto, requer, em primeiro lugar, refletir sobre qualidade de vida. Muitas sociedades traduzem essa qualidade de vida como quantidade de produtos a serem consumidos e acumulados pelos indivíduos, ao mesmo tempo, comparam a natureza com um grande reservatório, independente de suas possibilidades de renovação. Isso amplia o problema dos detritos poluentes, pois a sociedade humana lança resíduos ao meio ambiente mais rapidamente do que ele é capaz de processá-los. Isso implicaria dizer que estamos diante de um problema de limites físicos do planeta e, portanto, limitante também para o próprio capital? Todavia, esse sistema produtor de mercadorias não

se questiona sobre a criação de seus produtos, que a expropriação da força de trabalho está relacionada à exploração e degradação ambiental, fazendo emergir, daí, as características da questão socioambiental (injustiça social, degradação ambiental e comprometimento econômico).

É do reconhecimento de tais limites que o desenvolvimento sustentável se propõe, assim, a atender às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Tal assertiva, no entanto, tem sido matéria de controvérsia, como veremos posteriormente.

O conceito de desenvolvimento sustentável mais popularizado encontra-se no Relatório de Brundtland (1991, p. 46). Nele, preconiza-se que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Tal tipo de desenvolvimento orienta-se em torno de dois aspectos principais, a saber: as necessidades, sobretudo dos mais necessitados e desprovidos de recursos, e a noção de limites físicos. Esta, por sua vez, compreende as limitações para o desenvolvimento de tecnologias e de formas de organização social diante do comprometimento dos recursos naturais, para que as necessidades das gerações futuras possam ser atendidas.

Um amplo debate se instaura a partir disso, pois o desenvolvimento sustentável significa também desaceleração da economia e se impõe como uma experiência destoante das abordagens puramente economicistas que ainda perduram nas políticas de desenvolvimento proferidas por muitos países. No entanto, as dificuldades de implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável não esbarram apenas na dimensão política do conceito, para Moreira (2005), a vulgarização do termo e do conceito tem contribuído como obstáculo para a conscientização da ideia de sustentabilidade. Assim, para esse autor, três grandes dificuldades conceituais se impõem: a primeira não existe apenas um conceito de desenvolvimento sustentável; a segunda decorre dessa primeira, pois muitas organizações ambientalistas assumem apenas o conceito cunhado pelo Relatório de Brundtland negando, portanto, a diversidade de conceitos que essa expressão traduz; e, por fim, a terceira, a confusão que se constrói entre o que é sustentável e sustentado. Para ele, portanto:

Um projecto é «sustentado» se alguma ou algumas características o sustém, como por exemplo, os fundos comunitários. Um projecto é «sustentável» se, transversalmente, assegura a melhoria das condições de vida econômica, social e ambiental das populações a que se dirige e, ao mesmo tempo, não põe em causa a capacidade futura da região e das suas populações em levar a cabo novos projectos sustentáveis (MOREIRA, 2005, p. 3).

Enquanto autores como Moreira (2005) trazem à tona a discussão sobre desenvolvimento sustentável, do ponto de vista conceitual, o presente artigo se propõe, sem desmerecer tal debate, focar a materialidade desse modelo de desenvolvimento ao se tornar real na sociedade capitalista, em que o sentido e razão de ser do capital se orientam em torno da exploração da natureza e do trabalho humano. Essa dimensão do capitalismo, por si só, engendra o que muitos autores apontam como a impossibilidade de esse desenvolvimento acontecer.

Tal fato se expressa em indagações: será que é realmente possível ocorrer o desenvolvimento sustentável, ou ele é apenas um mito? Noutra linha de pensamento, como dizer às pessoas humildes que elas

devem reduzir seu consumo, se elas apenas possuem o essencial para sobreviver?

Isso supõe que se não resolvermos o problema da desigualdade social, também não resolveremos o da crise ambiental, afinal esse não é apenas um problema de ordem individual, uma vez que se impõe às sociedades. Se tratamos os problemas ambientais separadamente dos problemas sociais, agimos de forma ingênua. As causas da crise não se encontram na natureza, mas nas relações que a sociedade estabelece com ela, sendo, portanto, mais adequado pensá-la em termos de questão socioambiental.

Desse modo, dois autores se situam no debate sobre as impossibilidades do desenvolvimento sustentável no capitalismo. O primeiro, Foladori (2001), é um antropólogo e seu principal trabalho se intitula *Os limites do desenvolvimento sustentável*. O segundo, Montibeller Filho (2004), produziu o livro *O mito do desenvolvimento sustentável - meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Os dois autores partem de uma perspectiva marxista para analisar aquilo que chamam de limites e mito do desenvolvimento sustentável, respectivamente. A seguir, buscaremos discorrer sobre suas ideias, de maneira a apresentar os argumentos apontados por eles para questionar tal paradigma.

### **Qual a sustentabilidade do desenvolvimento? Os limites e o mito do desenvolvimento sustentável**

Para Foladori (2001), as dificuldades para reverter a crise ambiental estão nas próprias relações interespecíficas do gênero humano. A desigualdade de classes sociais e a maneira diferenciada em que estão divididos os setores da sociedade são um dos grandes problemas para reversão de tal problemática. Isso implica dizer que não devemos generalizar, afirmando que todas as classes degradam e utilizam, da mesma forma, os recursos naturais do Planeta, quando na verdade cada classe impacta de maneira diferenciada sobre os recursos naturais disponibilizados pela natureza.

Os problemas ecológicos, de modo geral, são mais intensos nos países desenvolvidos, já que, por produzirem e consumirem mais, acabam gerando uma maior produção de resíduos, aumentando a poluição, consumindo mais energia, havendo, por conseguinte, carência de áreas verdes, aumentando a produção de gás carbônico, e extraindo mais recursos naturais. Segundo o autor:

Surgidas às sociedades de classes, a dominação e a exploração de uma classe sobre outras se traduzem, simultaneamente, num comportamento de dominação e exploração da natureza. Novamente é a forma social da produção e não seu conteúdo material e técnico que determina o comportamento em relação à natureza (FOLADORI, 2001, p. 108).

O referido autor considera que, em meio à crise socioambiental em que vivemos, várias propostas têm sido implementadas, advogando respostas técnicas quanto a sua resolução. Para ele, porém, a origem da questão ambiental não se situa na natureza, mas nas relações sociais desiguais que estabelecemos em sociedade. As respostas técnicas esvaziam a dimensão social do problema, ao acreditarem que, por exemplo, o incremento populacional e a pobreza são a causa dos problemas ambientais. Corrige o autor que “de maneira geral não é a pobreza a causa dos problemas ambientais, mas a concentração de riqueza” (p. 125). Isso se explica, em tese, pois o poder de compra das nações mais desenvolvidas torna sua população mais ávida a exaurir, através do consumo, os recursos naturais do planeta do que as populações pobres.

As respostas técnicas colocam que o planeta possui limites físicos e que, por isso, deveríamos poupar os recursos, no entanto Foladori (2001) considera que:

Não se trata de existir ou não limites físicos; para a prática humana, o problema não é esse, mas de contradições sociais que provocam diferenças de acesso à natureza e que podem conduzir, eventualmente, a catástrofes ambientais. Colocar dessa forma o problema significa considerar que as soluções para as questões ambientais não são técnicas, como seriam se o problema fosse de limites físicos. Ao contrário, as soluções são, em primeira instância, sociais. Somente depois de resolver as contradições sociais, as alternativas técnicas ganham sentido (FOLADORI, 2001, p. 137).

A interpretação, portanto, feita desse processo é a de que o capitalismo é incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável, quando esse necessita estar integrado a três dimensões: à social, à econômica e à ambiental, e que, em sociedades extremamente desiguais, isso se torna impossível de acontecer.

Montibeller (2004), por sua vez, assume a mesma posição do Foladori (2001) ao captar que o *desenvolvimento sustentável* representa uma mudança radical da relação sociedade/natureza que passa pela economia e pela forma de fazer política. O seu entendimento é que, a longo prazo, o problema socioambiental poderá ser amenizado, mas não resolvido na sociedade capitalista. Com efeito, sua análise recai sobre uma crítica a teorias, argumentos e ideias centrais de autores da economia ambiental, procurando encontrar evidências empíricas que demonstrem a possibilidade ou não de o desenvolvimento sustentável ocorrer, em escala global.

Sua posição, portanto, assinala que:

A contradição fundamental do sistema [capitalista] de tender a apropriar-se de forma degenerativa (esgotamento e degradação) dos recursos naturais e do meio, impossibilita que sejam concretizadas as equidades sociais e ecológicas intrageracional, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER, 2004, p. 21-22).

Nesse sentido, o capitalismo não pode existir sem a produção de custos sociais, visto que esses custos são entendidos como “problemas gerados e não assumidos pelas atividades produtivas privadas, sendo repassadas para a sociedade” (MONTIBELLER, 2004, p. 27-28). Podem ser entendidos como custos sociais ecológicos (poluição do ar, solo e águas), trabalhistas (condições de trabalho precárias, desemprego) econômicos (capacidades ociosas, disfunções e desigualdades setoriais e espaciais).

Assim, o sistema capitalista não consegue existir sem gerar esses tipos de custos. “Sendo-lhe inerente, este modo de produção não pode, portanto, deixar de gerar custos sociais” (MONTIBELLER, 2004, p. 28). Dessa forma, o capitalismo se coloca em contradição com a própria ideia de desenvolvimento sustentável, uma vez que ele não consegue existir sem que custos sociais impactem sobre o meio ambiente.

Montibeller concorda com Foladori, ao pensar que a forma encontrada para equacionar tal contradição se expressa em soluções técnicas, sendo a reciclagem de materiais um aspecto trazido tanto do ponto de vista do senso comum, quanto técnico, para solucionar a problemática socioambiental. Nesse ponto, exorta o autor: a reciclagem “[...] além de ser vista como a oportunidade de reciclar o próprio capitalismo, permite-lhe superar a barreira ecológica à sua expansão continuada (2004, p. 29).

Para o autor, a reciclagem de material, apesar de ser uma atividade importante dentro da discussão sobre desenvolvimento sustentável, implica que a contribuição desse processo para a redução da degradação ambiental é “relativamente pequena diante do total de lixo que requer destinação final” (p. 225). Verifica-se, ainda, que o material reciclado, independentemente de nossa vontade, um dia se tornará efetivamente lixo também. A questão se coloca mais uma vez não nos limites físicos ao desenvolvimento do capitalismo, tendo em vista que esse limite pode ser ressignificado pelo sistema, mas pela alteração do modelo de desenvolvimento que até agora temos vivenciado e que se impõe como um limitante ao desenvolvimento sustentável em termos globais.

### **Considerações finais**

Desenvolvimento sustentável surge na encruzilhada em que a humanidade se encontra, nesse início de século, como um conceito que procura condensar o desejo de ver alteradas as relações que historicamente temos estabelecido com a natureza. Porém, antes mesmo de nos debruçarmos sobre as questões ambientais de nossa época, não devemos nos iludir que tal problemática ocorra como uma situação forjada pelo funcionamento da própria natureza. Ela, antes de mais nada, representa a forma deletéria com a qual o modo de produção capitalista tem se apropriado dos recursos naturais e promovido desigualdades sociais geradas como produto desse processo.

Desse modo, pensar desenvolvimento sustentável implica questionar suas possibilidades dentro de um sistema produtor de mercadorias (o capitalismo), em que a lógica e razão de ser desse sistema (a produção de custos sociais) impõem-se como principal limitante à assunção de um paradigma que estabeleça interações ecológicas equilibradas entre a sociedade e a natureza.

Ao proporem um debate sobre os limites desse processo, os autores, aqui discutidos, propõem-se a apresentar o desenvolvimento enquanto um mito, do mesmo modo que o fez Furtado ao discorrer sobre o mito do desenvolvimento econômico.

Desse modo, Foladori (2001) e Montibeller (2004) são unânimes ao pensar a impossibilidade de que o desenvolvimento sustentável venha a ocorrer em larga escala, no capitalismo, uma vez que este impede que seja concretizada a equidade em três condições: a social, a ambiental e a econômica, e seu usufruto na dimensão intra, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável.

No entanto, Montibeller (2004) exorta, ainda, que esse horizonte de impossibilidades não deve inviabilizar os esforços e nos imobilizar quanto à alteração das condições socioeconômicas com uma melhor relação do homem com a natureza.

Essa assertiva converge finalmente para o que pensa Moreira (2010) ao afirmar que o *desenvolvimento sustentável* possui um caráter simultaneamente utópico e imprescindível. É utópico, pois as dificuldades para que o desenvolvimento sustentável venha a ocorrer se relacionam com o pouco conhecimento e com a falta de consenso que temos atualmente sobre ele. Já o caráter imprescindível do desenvolvimento sustentável deve ser encarado, porque o acelerado processo de exaustão dos recursos naturais tem colocado em xeque a

extinção de várias formas de vida e, invariavelmente, também atingirá a espécie humana. Desse modo, sua urgência social, ambiental e econômica, para que o planeta e as sociedades humanas se mantenham.

Em um horizonte de possibilidade, o desenvolvimento sustentável nos parece uma dimensão pouco palpável em sociedades tão desiguais como as que hoje se encontram distribuídas pelo mundo. Ademais, a sua materialização se dá num espaço em que o próprio capitalismo ressignifica sua própria relação com a exploração da força de trabalho e da natureza, onde a questão socioambiental emerge como novo paradigma de marketing e da responsabilidade socioambiental das empresas, promovendo uma ambientalização dos discursos que pouco questionam as bases do sistema e a sua reprodução.

No momento em que vivemos, o debate político sobre sustentabilidade ainda se encerra na problemática do desenvolvimento, este sendo pensado, também, por um viés extremamente econômico. Isso porque a ideologia do desenvolvimento sustentável significa, nos termos com os quais vem sendo colocado, como o *desenvolvimento capitalista sustentável*.

Isso significa que, a longo prazo, estaríamos apenas protelando, ou revestindo, com uma nova pintura, um modo de produção gerador de desigualdades. O que nos permite pensar que a encruzilhada em que se encontra a humanidade impõe-nos a urgência de continuarmos definindo novas relações sociais e econômicas que não sejam incompatíveis com os princípios da justiça ambiental, ou seja, as desigualdades estruturais e fundantes da sociedade capitalista, as discrepantes correlações de força que se mantêm nas disputas por amenidades ambientais e na distribuição desigual dos efeitos negativos da produção.

Possivelmente, essa tomada de posição nos leve a repensar também que a resolução das questões relativas à crise socioambiental não esteja na centralidade do modelo de desenvolvimento (econômico ou sustentável), como induz o debate sobre desenvolvimento sustentável. Todo esse debate aponta para a questão mais óbvia sobre a qual, ainda há pouco, nos detivemos: a construção de sociedades sustentáveis onde o desenvolvimento esteja centrado no decrescimento, ou seja, o *menos* como *melhor*. Isso não implicaria em se viver menos, mas incondicionalmente numa escolha por qualidade de vida.

## Referências

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP/São Paulo: Imprensa Nacional, 2001.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

MONTEBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

MOREIRA, Carlos de Arbués. **Desenvolvimento sustentável:** um conceito no limiar da utopia. Disponível em: <[http://homologa.ambiente.sp.gov.br/proclima/publicacoes/publicacoes\\_portugues/desenvolvimentosustentaveumconceitonolimiardautopia.pdf](http://homologa.ambiente.sp.gov.br/proclima/publicacoes/publicacoes_portugues/desenvolvimentosustentaveumconceitonolimiardautopia.pdf)>. Acesso em: 9 set. 2010.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <[http://libweb.unicamp.br/cgi-bin/gw\\_40-3](http://libweb.unicamp.br/cgi-bin/gw_40-3)>.